

A constituição do sujeito e educação possível para a criança atípica: Uma perspectiva psicanalítica

Constitution the subject and possible education for atypical child: Perspective psychoanalytical

Márcia Cristina Barreto Fernandes de Abreu¹

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

O presente texto tem como objetivo discorrer acerca das fases de constituição do sujeito na Psicanálise, enfatizando a discussão proposta pelas psicanalistas Mannoni (1990), Kupfer (2001) e Mrech (2009), que introduz a possibilidade de um diálogo, de uma interseção/interlocução entre pedagogia e psicanálise, de uma inter-relação entre o educacional e o terapêutico, que gera um terreno fértil para a produção de pesquisas e intervenções no contexto da educação especializada e inclusiva.

Palavras-chave: Educação, Criança atípica e Psicanálise.

ABSTRACT

This paper discusses the phases of constitution subject in Psychoanalysis, discussion proposed by Mannoni(1990), Kupfer (2001) and (Mrech (2009). Introduces possibility dialogue and intersection/interlocution pedagogy and Psychoanalysis, educational and therapeutic. Locus fertile for production of research and interventions in the context specialized and inclusive education

Keywords: Education, Atypical child, . Psychoanalysis

INTRODUÇÃO

Na busca de um aprofundamento sobre como a criança atípica (que apresentam com deficiências ou com transtornos) se constitui como estudante em contextos educacionais, cujas práticas escolares se propõem a serem inclusivas, passaremos a considerar aspectos relativos à educação inclusiva, tomando, como referências alguns conceitos psicanalíticos

A educação e a psicanálise são campos distintos de conhecimento, com bases teóricas e epistemológicas diferentes. Em razão disso e, por um longo período, em consequência das concepções freudianas em relação à pedagogia (MILLOT, 2001), os psicanalistas

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins. Curso de Pedagogia- Campus de Arraias-TO. Email: mcbfabreu@uft.edu.br

desconfiaram da possibilidade de um trabalho conjunto entre psicanálise e pedagogia. Em outros estudos, como os das psicanalistas Mannoni (1990), Kupfer (2001) e Mrech (2009), são introduzidas concepções visando à possibilidade de um diálogo, dê uma interseção/interlocução entre pedagogia e psicanálise, de uma inter-relação entre o educacional e o terapêutico, preparando um terreno fértil para a produção de pesquisas e intervenções, especialmente quando a educação lida com seus estudantes atípicos. A escola é considerada um espaço formal de promoção de ensino e aprendizagem das pessoas desde a mais tenra idade. Nesse sentido, tem a importante função de garantir processos formativos que contribuam, efetivamente, com a socialização e com a participação social dos estudantes em qualquer fase da vida, mas, em especial, das crianças. O redimensionamento da escola na perspectiva de inclusão deve promover a matrícula e o efetivo atendimento pedagógico, no sistema regular de ensino, para uma parcela de estudantes que caracterizam o público da Educação Especial, a saber: apresentam deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento.

Para a psicanálise, o inconsciente é social. O sujeito emerge do ponto de articulação entre o seu fantasma e o discurso social. Tendo isso em conta, as ações desenvolvidas na escola são aspectos relevantes na imersão da criança na linguagem, tornando-a capaz de produzir discurso, ou seja, de dirigir-se ao outro, formando, assim, um laço social. Nada mais oportuno que considerar o espaço escolar na construção/constituição do sujeito. Na articulação entre o significante “escola” e o significante “criança” (aluno), a psicanálise questiona a necessidade de superar a visão idealizada da criança (aluno), com o intuito de promover o conhecimento e o atendimento da criança material, real, existencial e concreta.

O presente texto tem como objetivo discorrer acerca das fases da constituição do sujeito na Psicanálise, enfatizando a discussão proposta pelas psicanalistas Mannoni (1990), Kupfer (2001) e Mrech (2009), que introduz a possibilidade de um diálogo, de uma interseção/interlocução entre pedagogia e psicanálise, de uma inter-relação entre o educacional e o terapêutico, que gera um terreno fértil para a produção de pesquisas e intervenções no contexto da educação especializada e inclusiva.

Mannoni (1990), Mrech (1999) e Kupfer (2001) contribui para repensar a maneira tradicional de conceber a criança que apresenta deficiência, revelando o quanto essas crianças têm sido vistas de forma estigmatizada pela nossa cultura. Apoiadas no trabalho da

psicanálise lacaniana, as autoras defendem a importância da linguagem nas relações humanas e reivindicam o direito da criança com deficiência ter respeitada a sua própria palavra em relação às demais pessoas (família, escola). Caracterizam, assim, a escola como um excelente espaço de oferta de práticas escolares, do acesso ao currículo escolar e de convivência social que atuam no desenvolvimento das potencialidades da criança com deficiência.

Mrech (1999) defende ainda a ideia de que, na inclusão, o problema não esteja no sujeito a ser incluído, mas na maneira como o sujeito e a sua deficiência são concebidos em seu ambiente social. Para essa autora, na inclusão é preciso reconhecer a especificidade do sujeito, não a sua deficiência; Reconhecer que o processo de desenvolvimento humano se encontra alicerçado no contexto social, no qual o sujeito se encontra inserido. Sob esse enfoque, o estudante com deficiência deve ser mantido no ensino regular com a ajuda e o suporte necessário dos professores do ensino regular e da educação especializada. Conclui-se, assim, que na educação inclusiva continua existindo a necessidade de um acompanhamento especializado para o aluno que apresenta alguma deficiência, transtorno ou altas habilidades.

Na perspectiva psicanalítica, o processo de ensino e de aprendizagem (relação professor-estudante- conhecimento) só é possível se o estudante coloca o professor no lugar daquele que sabe ou que supõe saber. O professor é colocado como objeto de transferência do aluno. A intersubjetividade do par professor-estudante aponta-nos que essa relação e o processo de aprendizagem que nela ocorre assumem diversas possibilidades de se tornar efetivo. A triangulação que se forma entre o professor, o estudante e o conhecimento vai direcionar o caminho que pode tanto implicar em fracasso como em êxito na condução do processo de construção do conhecimento por parte do estudante (LEGNANI; ALMEIDA, 2000).

A psicanálise se caracteriza como um campo clínico e de investigação teórica desenvolvido por Freud (1856-1939), que compreende o ser humano como sujeito do inconsciente pode contribuir para essa discussão. De acordo com Kusnetzoff (1982), o inconsciente é a parte mais arcaica do aparelho psíquico. As representações contidas no inconsciente são chamadas de *representações de coisa*, isto é, fragmentos de reproduções de antigas percepções de todos os sentidos, dispostas como uma sucessão de inscrições, como um arquivo sensorial: um conjunto de elementos despidos de palavras, cuja inscrição foi feita

em uma época em que não existiam as palavras.

Os seres humanos, como seres sociais, são submetidos à ação ideológica mesmo antes de seu nascimento. Nas sociedades modernas capitalistas, essa primeira abordagem é feita por intermédio dos membros da família nuclear e pela escola. As informações sobre o lugar social a ser ocupado por homens e mulheres, por adultos e crianças, por pessoas típicas e pessoas atípicas são ditadas ao sujeito pelas escolhas e expectativas da família e da escola. As pessoas com deficiência e transtornos formam um grupo minoritário que vem lutando por sua inclusão social.

Segundo Kusnetzoff (1982), as representações do inconsciente apresentam um fácil deslocamento e livre descarga ao longo do processo primário, passando de uma representação para outra por meio dos mecanismos de deslocamento (substituição e descentramento de importância dada ao conteúdo) e condensação (abreviação, omissão e combinação de conteúdos). Nesse sentido, para a psicanálise, a consciência é mero efeito de superfície do inconsciente; não é o lugar da verdade, mas da mentira, do ocultamento, da distorção e da ilusão. A psicanálise coloca a consciência sob suspeita. Ela se propõe a falar do homem como um ser singular, por meio da escuta desse sujeito, de sua verdade e de suas experiências subjetivas.

Em Lacan (2008), os conceitos de condensação, que se refere ao plano das ideias, e de deslocamento, que se refere às modificações sofridas pelo conteúdo manifesto nos sonhos, são representados, respectivamente, pelos conceitos linguísticos de metáfora e metonímia. Ainda segundo Lacan (2008), “antes mesmo que se estabeleçam relações humanas, certas relações já são determinadas. Essas relações se prendem a tudo que a natureza possa oferecer como suporte. A natureza fornece os significantes, e os significantes organizam de modo inaugural às relações humanas” (LACAN, 2008, p. 26).

Nessa descrição, Lacan (2008) demonstrou que a noção de estrutura se refere a uma cadeia de elementos diferentes, mas semelhantes, pelo fato de estarem presentes em um conjunto, denominados como a cadeia dos significantes (BOTELHO, 2013). Existiria, assim, uma dinâmica dos significantes, por exemplo, a maneira pela qual as palavras estão combinadas no discurso do sujeito para significar algo que não está no consciente.

De acordo com Lacan (2008), os processos de metáfora e metonímia são efeitos de

linguagem e resultados do trabalho de repressão que ocorre no inconsciente. Os efeitos de linguagem revelam, simbolicamente ao sujeito, a causa de sua repressão primordial, permitindo uma subjetivação da realidade ao seu redor. Quando o sujeito consegue significar as circunstâncias a sua volta, no decorrer do entendimento simbólico, o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Os autores Roudinesco e Plon (1998) e Teixeira (2005), em consonância com Lacan (2010), apresentam a concepção de representação formulada aos três grandes registros: imaginário, simbólico e real. O imaginário é um registro psíquico correspondente ao ego(eu) do indivíduo, está ligado ao nascimento do eu. O indivíduo busca no Outro (pessoas, amor, imagem, objeto) uma sensação de completude, de unidade. O registro do simbólico está ligado ao registro da castração; viabiliza que a constituição do imaginário possa ser posta em palavras, é o lugar fundamental da linguagem, que insiste na nomeação e na relação de um significante com os outros significantes e permite a relação do sujeito com o grande outro. O real é o registro psíquico que não deve ser confundido com a noção corrente de realidade. O real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado. O real é aquilo que, mesmo existindo como constitutivo de um objeto, escapa à simbolização

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA PSICANÁLISE

Ainda sob a defesa de que a constituição do sujeito é permeada pela linguagem, serão apresentados alguns conceitos da psicanálise que versam sobre o processo de constituição do sujeito, a saber: alienação, metáfora paterna, separação, identificação e transferência e transmissão.

ALIENAÇÃO

Segundo Lacan (2008), o lugar do Outro nasce pela ação da linguagem e é ocupado pela mãe durante o período de alienação, a qual oferece à criança significantes por meio da fala. Sendo assim, o sujeito se submete a um, entre os vários significantes que lhe são oferecidos pela mãe. Nessa relação, o sujeito não pode ser totalmente coberto pelo sentido dado pelo Outro, havendo sempre uma perda. Bruder e Brauer (2007), corroborando os conceitos lacanianos, apontam que se processa uma luta de vida e morte entre o ser e o

sentido: se o sujeito escolhe o ser, perde o sentido, e se escolhe o sentido, perde o ser. Essa é uma escolha forçada, que tem a reunião como operação lógica subjacente; há nela um elemento que comporta que, seja qual for a escolha operada, haverá por consequência um *nem um, nem outro*. O sentido emerge no campo do Outro, e o ser é eclipsado numa grande parte de seu campo em virtude da própria função do significante. O sujeito advém como um efeito de articulação S1(significante unário, que surge no campo do outro/ Significante mestre–todo saber que não se sabe)–S2(sujeito enquanto significante binário/campo do significante–rede articulada de significantes). O sujeito se identifica como traço significante aportado pelo Outro materno.

O acontecido na alienação pode-se denominar captura: o sujeito é capturado pelo significante. O sujeito está assujeitado à primazia do significante (LACAN, 2008). O sujeito, como efeito de linguagem, advém da formação do inconsciente, formado por significantes, elementos simbólicos relacionados aos afetos que não podem ser direcionados a um significado imediato, não podem ser racionalizados. O inconsciente só pode ser sabido por meio de suas revelações no discurso (OLIVEIRA; SILVA, 2013).

METÁFORA PATERNA

Assim como a dimensão simbólica, a linguagem preexiste ao sujeito, e o nascimento do sujeito é marcado por uma inscrição simbólica. A constituição do sujeito tem seu início como advento do inconsciente, como resultado da castração. O discurso do inconsciente se instaura a partir da metáfora paterna, que faz a mediação da lei responsável pelo funcionamento da sociedade e permite à criança o acesso à ordem simbólica, ou seja, às regras e à estrutura da sociedade.

Teixeira (2005) nos aponta que o pai (função paterna) intervém na relação mãe-filho como um interdito e faz com que a criança renuncie o seu desejo verdadeiro (a mãe), que não se esvaece, mas é impelido ao inconsciente, gerando o recalque originário. Esse processo introduz o sujeito na ordem da cultura e da civilização e o ensina a substituir o real da existência (desejo de ser para a mãe) por um símbolo, uma lei (o pai, a família e o social). O que se denomina metáfora paterna é uma operação significante: o significante do desejo da mãe é recalcado em benefício de

um significante novo: o nome do pai. O pai (função paterna) é investido de uma função de

pai simbólico, isto é, o Outro que impõe à criança a castração simbólica. A metáfora paterna permite a criança advir como sujeito em uma estrutura de divisão psíquica irreversível para o sujeito. Esse é o regime normal do sujeito lacaniano, indefinidamente clivado por força do funcionamento da cadeia significante.

A linguagem simboliza, metaforicamente, o primeiro objeto de desejo que se tornou perdido (objeto “a”), também conhecido como *significante primordial*. Sendo assim, a linguagem é usada para significar algo que está além do que é anunciado pelo sujeito, e o desejo entra em movimento metonímico, o que causa um permanente deslocamento, sendo impossível de ser satisfeito. A metáfora paterna oferece ao sujeito a condição de desejan- te.

SEPARAÇÃO

Lacan (2008) indica que, pela separação, o sujeito encontra o ponto fraco do casal primitivo da articulação significante no que ela é de essência alienante. No intervalo entre esses dois significantes, surge o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro. É no ponto em que o desejo está além do que o Outro diz que se configura o sentido, é no ponto em que o desejo é desconhecido, nesse ponto de falta, que se constitui o desejo do sujeito.

O conceito de separação está representado pela intersecção entre os elementos que pertencem aos dois conjuntos, o lugar onde se juntariam o sujeito e o Outro, o ser e o sentido. A intersecção resulta do recobrimento de duas faltas. Uma falta é aquela que o sujeito encontra no Outro e que é próprio da estrutura significante; é o fato de, nos intervalos do discurso do Outro, cortando os significantes, deslizar o desejo, o que faz o sujeito apreender algo do desejo do Outro. A outra falta é trazida pelo sujeito, que responde a essa captura com a falta anterior de seu próprio desaparecimento (o desaparecimento corresponde à afânise, ao se submeter ao sentido dado pelo Outro).

Na alienação, há falta do sujeito, vinculada ao significante afanísico que obtura o que o significante pode dar de “ser” ao sujeito. Uma falta recuperada com a falta do sujeito como objeto para o Outro. As duas faltas são: a falta do outro e aquela produzida pela perda de “ser” intrínseca à alienação, com que o sujeito joga, experimentando a reação do Outro a sua ausência (LACAN, 2008).

Na separação o sujeito irrompe na cadeia significante e se destaca do objeto “a”. Essa

operação de separação permite que o sujeito encontre um espaço entre os significantes, nos quais irá se constituir o seu desejo. Sendo o seu desejo desconhecido, o sujeito retoma, então, ao ponto inicial, que é a falta como tal. Isso aponta para a compreensão de que alienação e separação não são “fases” estáticas, e mostra a oscilação permanente que verifica uma alternância sempre renovada entre a alienação e a separação. A separação promove algum acesso, ainda que limitado, à liberdade (BRUDER; BRAUER,2007).

IDENTIFICAÇÃO

Em Freud (1921), o processo de identificação é concebido como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. A identificação, em primeira instância, constitui a forma original de laço emocional com um objeto. Em segunda instância, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para a vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto do ego. E, em terceira instância, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar, assim, o início de um novo laço.

A identificação é, na verdade, uma construção ambivalente desde o início, podendo, nas relações entre as pessoas, tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo de afastamento de alguém (FREUD, 1921), conforme veremos na transferência e transmissão.

TRANSFERÊNCIA E TRANSMISSÃO

No processo da transferência, o sujeito suposto saber aparece e articula o sujeito (representado por um significante) para outro significante (outro/par), ficando o Outro, entendido como o tesouro dos significantes.

Laurent(2002) destaca três aspectos fundamentais na transmissão conceituada pela psicanálise. O primeiro refere-se à importância dos conteúdos que se pretende transmitir no processo de formação, descartando, assim, as respostas mais imediatas que enfatizam o impossível do ato de educar e ensinar. O segundo enfatiza a necessidade de privilegiar o inconsciente por meio de uma leitura viva, e não como uma leitura morta – o inconsciente

estruturado pela singularidade de cada sujeito, privilegiando o específico da relação. E, em terceiro, a importância de o sujeito tecer um laço social com o mundo, para que aquilo que se apresenta como intencionalidade educativa acabasse se transformando em ato, fornecendo criatividade para enfrentar as situações.

Nessa perspectiva, uma educação para o sujeito precisa ser pensada como um processo educativo voltado para o estudante, em que o importante é privilegiar a singularidade de cada um, com base em seu contexto de vida, isto é, levando em consideração a especificidade do inconsciente de cada sujeito. Nesse sentido, a palavra e a linguagem introduzem meandros de luz e sombra, fazendo com que ocorram fenômenos que se encontram além dos parâmetros da racionalidade, tais como as resistências, os questionamentos, os impasses, os silêncios etc. Ela inclusive destaca que eles não são passíveis de serem eliminados.

Para a psicanálise, o saber não diz respeito a algo que se repete, mas a um saber em movimento. Um saber que não é tecido a partir do lugar do mestre, mas do saber inconsciente, um saber descentrado que conduz o sujeito antes de ser conduzido por ele.

Para Mrech, (2005), a educação é concebida como um processo que pretende uma constante transformação, o qual se abre para o futuro, e não se refere a uma pura e simples transmissão do passado ou de um presente prévio. O ofício de educar, ao contrário do que pretendem muitos professores, não termina nunca e está em constante reformulação. Por esse motivo, ele não apresenta diretrizes, regras fixas e cartilhas ou guias de ação.

Ainda em Mrech (2005), a práxis pedagógica retoma o agregamento via identificação simbólica e não via segregação imaginária de quem merece ou não o lugar ideal no espaço educativo. Cabe ao professor oferecer a ferramenta, em ato, para o aluno advir como desejante. Nesse sentido, o docente deve declinar-se da maestria como imagem e restituí-la como instância de lei. O sujeito, aí, pode em si trabalhar sozinho, pois o ato da práxis educativa gera deslocamentos de posições subjetivas. Isso é um efeito solitário. Os interditos trazem à tona o desejo, paralisam o gozo e opera em atos que, por sua vez, convocam autores, sujeitos de sua própria causa. Optar por esse campo é fazer do aluno um igual. O desejo do professor passa, então, por um engajamento ético.

Segundo Mrech (2005), tal engajamento gira em torno do deslocamento do imaginário

para o simbólico ao lidar com o real. A regra e a lei são dois momentos da dimensão simbólica. A capacidade do educador de passar de uma problemática da regra e da lei e garantir uma atualização dessa lei encontra-se no remanejamento e no alijamento da dimensão imaginária, ou seja, na libertação de tudo o que é verdade ou sutura. O motor dessa práxis é a ética.

De acordo com a psicanálise, a constituição subjetiva se processa na relação com o Outro, sendo que, no início do processo, o sujeito se encontra alienado ao Outro, o que pode conferir a ilusão de completude. A constituição imaginária de si mesmo, apoiada na palavra que precede o surgimento do sujeito ou a constituição do sujeito, baseia-se na ilusão de que é possível saber, de que o dizer é intencional.

Para Lukács (1997), a condição de sujeito implica a apropriação da linguagem, bem como o vazio dos/entre significantes, o furo, a falta de um sentido único (literal). Tomar a palavra é inscrever-se, assim, em uma rede de diferenças e é também entrar em redes de produção de sentidos, entrar no simbólico e se tornar responsável—na sociedade, na cultura—por seu próprio dizer, um dizer marcado pelo *eu devo* e também pela falta. Os significantes e sentidos se entrelaçam na constituição e na prática discursiva do sujeito.

Em Lebrun (2008), fica evidente que, para a psicanálise lacaniana, existe a importância de compreender mais de perto o funcionamento do sistema dos significantes, um funcionamento marcado por uma negatividade e por uma descontinuidade. Segundo o autor, há uma distância entre um significante e outro e, nessa distância, marca-se um vazio. A entrada na linguagem é afetada por esse modo de funcionamento, que inclui a descontinuidade significante. Quando o sujeito toma a palavra e fala, o faz marcado pelo funcionamento dessa descontinuidade, que inclui o vazio (o espaço entre os significantes), trazendo a marca da distância entre a linguagem e o mundo. Fica explícito, assim, que o sujeito é um sujeito dividido pelo funcionamento da linguagem, pois, atingido por essa descontinuidade, se torna barrado e marcado pelo inconsciente. Ainda de acordo com Lebrun (2008), a inscrição na linguagem não possibilita perceber o vazio que a habita e que marca o processo de subjetivação. Cada sujeito é fisgado, capturado na linguagem e também na descontinuidade do sistema significante. Isso não se dá da mesma maneira para todos os sujeitos, mas afeta de modo intensivo os sentidos que produzimos sobre nós mesmos, o mundo a nossa volta, nossas escolhas.

Prasse (1997) indica que, de acordo com a concepção psicanalítica de sujeito, os

sujeitos humanos, seres falantes, têm um sentimento de estranheza, de estranha familiaridade, em relação ao próprio *Eu* quando este se expressa ou tropeça na linguagem de um enunciado ou de uma enunciação. Falar significa aceitar o fato de que a significação de minhas palavras me escapa e, mais ainda, que as minhas palavras, interpretadas pelo outro, provocam efeitos subjetivos (em mim e no outro) que fogem ao meu controle. Nesse sentido, falar comporta riscos e mal-entendidos. Falar anuncia demandas que estão sempre aquém do desejo e que se dirigem a um Outro, em relação ao qual se deseja o desejo de desejo. Falar implica o assujeitamento a uma nomeação e a um lugar oriundos do campo do Outro. Falar significa, para o sujeito, alterar sua própria fala, no sentido de que ela se torna tão estranha ou estrangeira quanto o Outro, permitindo que se avance na ideia de que o inconsciente é o discurso do Outro.

Ainda em Prasse (1997), comparece a defesa da concepção de que, na construção de um lugar para si no mundo, o sujeito deve deslocar-se da posição de alienação – sujeito na posição de objeto do outro – para a posição de sujeito do desejo, sujeito desejante. O eu que se constitui nesse processo é a dimensão imaginária que temos de nós mesmos. É a instância que nos permite falar de identidade ou de processos de identificação.

Nesse sentido, é necessário que o indivíduo se inscreva na linguagem, que habite num sistema de linguagem, para tornar-se sujeito do que diz e ser habitado pelo inconsciente. Entrar na linguagem é condição para estabelecer laço social. O que de mais importante se transmite na espécie humana, para além do caráter genético, são os significantes. E para haver a transmissão dos significantes há que haver uma aposta do sujeito.

A CONSTITUIÇÃO DO SIGNIFICANTE

Segundo Pêcheux (1988), a constituição do significante realiza-se no contato-convivência com os pequenos outros, representantes do grande Outro (cultura). Para haver sujeito, e para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros (pares), os quais, ocupando o lugar do Outro, transmitem as leis do simbólico. Meus significantes, os significantes que considero como “meus”, estão constituídos e afetados pelo Outro: para emergir como sujeito, falamos afetados pelo Outro (nesse sentido, a alteridade está em mim). O processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significativa do outro. As ausências contam na língua: a língua é não toda; o todo da língua só existe

constituído pelo signo ausente, pelo não dito.

Na mesma direção, Mariani (2005) afirma que, em termos lacanianos, essa característica da língua como não-toda traz um impossível de ser dito que insiste e retorna, causando estranhamento para o sujeito. Esse impossível, irrepresentável pela língua, é denominado pelo lugar do não idêntico, da repetição e da não repetição ao mesmo tempo. Existe um modo singular de inscrição da estrutura do processo do significante em cada sujeito, pois, até naquilo que consideramos mais íntimo, há o atravessamento do Outro/outro (cultura).

O processo de recriação só é possível, então, quando se deflagra algum tipo de investimento subjetivo por parte daquele que toma a palavra. O investimento subjetivo tem relação com o fato de o sujeito suportar a posição de se articular com os semelhantes e, diante disso, produzir algo ao mesmo tempo singular e coletivo. Para Riolf (2002), a única via para que essa (re)invenção de algo novo se estabeleça na cultura está ligada à condição de laço social. A psicanálise entende o laço social como uma dimensão da verdade que está vinculada à singularidade do sujeito: uma unidade particular e constitutiva do sujeito, que recebe textualidade a partir do momento em que o sujeito fala e/ou é falado. Estando intimamente ligado ao com o lugar social, o qual elas ocupam e com as formas de resposta que lhes são alcançadas.

Texto adaptado da tese:

ABREU, M.C. B. F. **A Constituição de surdos em alunos no contexto escolar: conflitos, contradições e Exclusões**; Tese de Doutorado. Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, 2016.

REFERÊNCIAS

BRUDER, M. C. R.; BRAUER, J. F. A constituição do sujeito na psicanálise laciana:impasses na separação. **Revista de Psicologia**, Maringá, v. 12, n. 03, p. 513-521, Set./Dec.2007.

FREUD,S. **Psicologia de grupo e análise do ego**,ESB,vol.XVIII,1921.

KUPFER, M. C. M. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta,2001.

KUSNETZOFF, J. C. **Introdução à psicopatologia psicanalítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: NovaFronteira,1982.

LACAN, J. (1964) **O Seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais as Psicanálise**.Rio de Janeiro:Zahar,2008.

LAURENT, E. **Lo imposible de enseñar**. Del Edipo a la sexuación. Buenos Aires, Paidós,2002.

LEBRUN, J. P.**A perversão comum: viver juntos sem outro**. RiodeJaneiro: Companhia de Freud,2008.

LEGNANI V. N.; ALMEIDA, S. F. C. A idealização do ato educativo: efeitos no fracasso escolar das crianças das camadas populares. **Estilos da Clínica [online]**, São Paulo, v. 5, n. 8,p.94-111,2000.

LUKÁCS, G. **O trabalho**. Trad.: TONET, I. Maceió .Mimeo, 1997.

MANNONI, M. **La educación imposible**. México: Siglo XXI Editores.1990.

MARIANI, B. Imaginário linguístico: análise do discurso e psicanálise. **Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA)**, Porto Alegre, Ano XII, n. 132, jan.2005.

MILLOT, C. **Freud o antipedagogo**.Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar,2001.

MRECH, L. M. **Educação inclusiva: realidade ou utopia?** Apostila produzida para a Mesa-Redonda do LIDE-USP/São Paulo,1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp,1988.

PRASSE, J. **O desejo de línguas estrangeiras**. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud,1997.

RIOLF, C. **O amor à diferença no trabalho no interior de grupos**. Revista Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas,v.39,p.37-45,Jan/jun,2002.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad.: RIBEIRO, V.. Rio de Janeiro.ZHAR,1998.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido ao discurso** .2 ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Aprovado em março de 2023

Publicado em julho de 2023